

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

[Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 20.02.2100.0000481/2025-45 Regido pelas Leis nº 12.846/2013 e 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nº 7.746/2012, 8.538/2015, 9.507/2018 e 10.024/2019; pela Instrução Normativa nº 05/2017 – MPDG; e pelas Portarias PGR/MPU nº 100/2023 e 178/2023.]

1) A licitação será de ampla disputa.**2) Não haverá exclusividade nem repartição em cotas para ME/EPP.****Objeto**

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO GERAL DE FROTA AUTOMOTIVA E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Prazo para solicitar esclarecimento

ATÉ às 18h00m do dia 08/06/2026

Prazo para pedido de impugnação

ATÉ às 18h00m do dia 08/06/2026

A participação ocorrerá, neste pregão eletrônico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública.

Endereço Eletrônicowww.comprasgovernamentais.gov.br**Número desta UASG**

200099

SESSÃO PÚBLICA DE INÍCIO DO CERTAME**Data: 12/06/2026 (sexta-feira)****Horário: 09h00m (nove horas de Brasília/DF)****Abertura das propostas**

Imediatamente após o início da Sessão Pública.

Mensagem às licitantes:

A PRT 21 poderá instaurar procedimentos administrativos com vistas à apenação da licitante que: não mantiver a proposta; deixar de entregar documentação exigida para o certame; apresentar documentação falsa; não celebrar o contrato; ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação; falhar ou fraudar na execução; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal.

As penalidades previstas são: impedimento de licitar e de contratar com a União; e descredenciamento do **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)** por até 3 (três) anos. (Será de 01 mês a quantidade mínima de pena a ser aplicada.)

As licitantes deverão: compreender os termos do Edital; dispor dos recursos materiais e humanos necessários para participar do certame; e possuir – pronta para ser exibida quando for requisitada pelo pregoeiro – a documentação exigida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PREÂMBULO

A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO (PRT) DA 21ª REGIÃO torna público que realizará a licitação nº 90001/2026, na modalidade **pregão**, em seu modo **eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, com vistas à seleção, para posterior contratação, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário, de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de manutenção geral de frota automotiva e fornecimento de combustíveis. A sessão pública realizar-se-á a partir das 09h00m (horário de Brasília/DF) do dia **12/06/2026** (ou no mesmo horário do 1º dia útil subsequente, caso ocorra fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada), na sua sede localizada na rua doutor. Poty Nóbrega, nº 1.941, bairro de Lagoa Nova, Natal/RN, por meio do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. O referido certame, autorizado no Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 20.02.2100.0000481/2025-45, será regido, entre outras normas correlatas, pelas Leis nº 8.078/1990, 12.846/2013 e 14.133/2021; pela Lei Complementar nº 123/2006; pelos Decretos nº 3.555/2000, 3.722/2001, 7.746/2012, 8.538/2015, 9.507/2018 e 10.024/2019; pelas Instruções Normativas nº 05/2017 – MPDG/SEGES e 73/2022 – ME/SEGES; pelas Portarias PGR/MPU nº 100/2023 e 178/2023; pelo Manual de Obras do Tribunal de Contas da União; e pelas condições constantes neste Edital, o qual é integrado pelos seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos: **Anexo I** – termo de referência; **Anexo II** – proposta-padrão de preços; **Anexo III** – declaração do SICAF; **Anexo IV** – dosimetria; e **Anexo V** – minuta de termo contratual. **O anexo II acha-se em formato apto a ser copiado e editado pela licitante.**

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Este certame realizar-se-á em sessão pública pela INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal *Comprasnet*.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3. A participação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado da licitante e subsequente encaminhamento, exclusivamente por meio eletrônico, da sua proposta de preços.
4. A **promotora desta licitação** não admitirá declaração posterior de desconhecimento de fatos que dificultem ou impossibilitem a prestação dos serviços ora licitados.
5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
6. O modelo do referido anexo II serve apenas como orientação. **Não será motivo de inabilitação ou desclassificação o fato de ser apresentado com estrutura e/ou formatação distinta**, desde que contenha os elementos considerados essenciais.

CAPÍTULO II – DO OBJETO

1. Esta licitação objetiva a seleção, para posterior contratação, de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de administração e gerenciamento informatizado de manutenção geral de frota automotiva e de fornecimento de combustíveis e peças, para atender à demanda da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região.
2. A futura Contratada prestará os serviços de forma adequada, conforme especificações técnicas, critérios, indicadores, índices e parâmetros constantes do respectivo Termo de Referência (Anexo I), bem como das demais condições, quantidades, exigências e informações adicionais estabelecidas neste Edital e demais anexos.
3. Havendo discordâncias entre as descrições das especificações técnicas do objeto constantes da plataforma “Compras Governamentais” e deste Edital, prevalecerão as explicitadas neste último.
4. O certame será composto por Grupo Único, conforme explicitado no Anexo I.

CAPÍTULO III – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

1. A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia atuará como órgão **provedor do sistema eletrônico**, o Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
2. A Licitante deverá credenciar-se no referido órgão.
 - 2.1. O credenciamento:
 - a) far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico; e
 - b) implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para realizar as transações inerentes a este certame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é responsabilidade da licitante, não sendo o provedor do sistema e o promotor da licitação responsáveis por danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para o imediato bloqueio de acesso.

3. A licitante responsabilizar-se-á por transações efetuadas em seu nome no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances inseridos durante a sessão pública.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

1. A participação ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, discriminando os valores unitário e total para cada um dos itens licitados, com base nas informações constantes do Anexo I deste Edital.

2. Além dos requisitos referidos anteriormente, a licitante deverá, ainda:

- a) possuir registro cadastral atualizado no **SICAF**;
- b) explorar ramo de atividade econômica compatível com o objeto licitado; e
- c) atender às exigências constantes deste Edital.

3. Não poderá participar desta licitação a pessoa jurídica que:

- a) não se enquadre nos termos do “Item 2” deste capítulo;
- b) seja cooperativa de mão de obra, conforme Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a União;
- c) esteja constituída em forma de consórcio de empresa;
- d) seja sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) tenha sido punida com suspensão temporária (ainda vigente) de participação em licitação e esteja impedida de contratar com a União;
- f) seja integrante de um mesmo grupo econômico, o que ocorre quando possuem diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizam recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum – exceto se demonstrado que não age representando interesse econômico em comum;
- g) encontre-se em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- h) tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração; ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

i) que tenha sócio, gerente ou diretor que seja:

i.1) membro ou servidor em exercício no Ministério Público do Trabalho;

i.2) ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento do MPU;

i.3) servidor cedido ou colocado à disposição deste Ministério; e

i.4) cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, de membros e servidores dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

4. Observar-se-á, quanto ao “Subitem 3.i)” deste capítulo, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e os Órgãos da Administração Pública, conforme Resolução nº 37/2009 do CNMP e a Súmula Vinculante nº 13 do STF.

5. Da não exclusividade de participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Como o valor total estimado para a futura contratação supera R\$ 80.000,00, não se aplicará a exclusividade de participação para ME e EPP prevista no artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015. Portanto, a presente licitação terá ampla concorrência.

6. Da inaplicabilidade de cotas para ME e EPP.

6.1. Não será realizada a adoção de reserva de Cota para ME/EPP, prevista na Lei Complementar nº 123/2006, pois o tratamento diferenciado poderá acarretar prejuízos para a pretensa contratação, pois a licitante adjudicatária do objeto deverá deter sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento, conforme descrito no Termo Referência, onde a diminuição dos quantitativos a serem gerenciados, fruto da cisão do item decorrente da reserva de COTA, acarretará de sobremaneira o aumento nos custos de operação e administração por parte dos licitantes, ou seja, não poderá ser alcançada taxa de administração vantajosa para a Administração Pública, o que vai de encontro ao fim a que se destina o processo licitatório, bem como atenta contra o princípio da economicidade ao se abrir mão da economia de escala.

6.2. Cabe salientar a necessidade de compatibilização e uniformidade com vistas a execução do objeto, onde a adoção de mais de um sistema de gestão de abastecimento poderá gerar inconsistências nos dados obtidos e causar prejuízos ao controle da execução contratual.

6.3. Assim, com fundamento no § 5º do Art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/2015, bem como no inciso II do seu artigo 10º, também não se aplicará o benefício de reserva de cotas para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), pois a execução do objeto – gerenciamento de frota – é indivisível, havendo a necessidade de ser prestado por uma única empresa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

CAPÍTULO V – DO REGISTRO DA PROPOSTA DA LICITANTE

1. Até a data e o horário marcados para abertura da sessão, a licitante cadastrará sua proposta de forma eletrônica e exclusiva no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, pondo a sua cotação na tela padrão de proposta de preço do sistema.

2. Até a abertura da sessão, a proposta poderá ser substituída ou retirada.

3. Após a abertura da sessão, quanto à proposta apresentada, não poderá:

a) ocorrer a sua desistência; e/ou

b) ser alterado o seu conteúdo, seja o seu valor, pagamento, prazo ou outra condição que importe a modificação dos termos originais.

4. Não poderá constar da Proposta elemento que identifique o licitante, sob pena de desclassificação e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.1. Ela deverá conter, no **campo descrição**, informações claras sobre o objeto, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I.

4.1.1. Poderá ser desclassificada proposta que contenha apenas descrições genéricas como: “conforme edital”, “atendemos ao edital” etc.

4.2. No **campo valor/preço** serão consignados os valores unitário e total para o Grupo Único, observando-se os seus limites máximos – em moeda corrente nacional (Real), em algarismos, por extenso e com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

4.2.1. Os valores apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, a qual não tem o direito de pleitear nenhuma alteração.

4.2.2. A proposta que apresentar valores superiores aos máximos estabelecidos poderá ser desclassificada antes da Fase de Lances.

4.3. Os **campos marca, fabricante e quantidade** devem ser preenchidos, se for o caso.

5. O proponente deverá assinalar **em campo próprio** a sua ratificação quanto às declarações exigidas pelo Sistema no ato de cadastro da sua proposta. A respeito, veja-se o “Item 5” do Capítulo XI deste Edital.

6. A declaração falsa referente ao cumprimento dos requisitos da sua habilitação, à conformidade da sua proposta ou ao seu enquadramento tributário sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

7. O não envio da proposta ou da documentação de habilitação, implicará, conforme o caso, na desclassificação ou inabilitação da licitante.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

CAPÍTULO VI – DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

1. O licitante elaborará sua Proposta Final conforme o modelo constante do Anexo II **ou em seu documento próprio que contenha as informações exigidas neste capítulo.**

2. Tal proposta será elaborada de forma que (mas não só):

a) seja **firme e precisa, sem alternativas de preços** ou outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

b) seja **redigida em língua portuguesa;**

c) contenha a identificação da licitante – nome, razão social, CNPJ, endereços físico e eletrônico, logotipo, telefone etc. – e estejam assinadas (a última) e rubricadas (as demais) por seu representante;

d) informe os **dados bancários** da licitante: números da conta-corrente e da agência e nome do Banco;

e) traga o nome completo, estado civil, profissão, CPF e RG do(a) **Representante Legal** apto(a) a assinar Propostas, Atas de Registro de Preços, Contratos etc.;

f) aponte o **prazo de garantia dos serviços que serão prestados**, que deverá ser de, no mínimo, **24 (vinte e quatro) meses** durante a vigência contratual;

g) informe as **especificações claras do serviço a ser prestado**, observando-se as exigências constantes deste Edital, sendo da licitante o ônus decorrente de equívoco das informações;

h) assinale a quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual.

i) especifique os **valores (unitário e total) dos preços propostos**, readequados ao último lance vencedor e/ou à negociação e expressos em: moeda nacional, algarismos arábicos e por extenso;

i.1) havendo divergência entre os valores unitário e total e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o que estiver conforme o edital;

i.2) o valor final proposto será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídas as despesas relacionadas: salário, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos, impostos, encargos, fretes, tarifas e outras decorrentes da execução do objeto contratual;

j) faça referência à presente **licitação (no caso, o Pregão Eletrônico nº 90001/2026)**;

k) indique o seu **prazo de validade**, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da Sessão Pública;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

k.1) se este prazo não constar, a licitante assumirá que o prazo é de 60 (sessenta) dias;

k.2) decorrido tal prazo, não havendo a convocação da proponente, ficará ela liberada dos compromissos assumidos;

l) aponte o **prazo de garantia dos serviços que serão prestados**, que deverá ser de, no mínimo, 24 meses;

m) contenha as declarações de que trata o “Item 8” do Anexo II (Modelo de Proposta de Preços) do Aviso; e

m1) a licitante, caso prefira, poderá encaminhar tais declarações em documento(s) próprio(s).

3. Todos os documentos solicitados e encaminhados deverão estar, onde couber, datados, localizados, rubricados e assinados.

4. A apresentação da Proposta implica na aceitação das condições estabelecidas no Edital, obrigando-se a cumprir as suas disposições. O proponente se compromete a prestar os serviços nos seus devidos termos, de forma necessária, em quantidades e qualidades adequadas à execução do objeto, além de promover, quando requerido, sua adequação ou substituição.

CAPÍTULO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Na data, hora e endereços físico e eletrônico indicados no Preâmbulo, será aberta a sessão pública, a ser conduzida pelo Pregoeiro, conforme estabelecido no § 5º do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 5º, 12 e 13 do Decreto nº 10.024/2019.

2. Antes da conclusão da Fase de Lances, apenas serão visualizadas as informações relativas à descrição de cada Item/Grupo, sua quantidade e seu preço.

3. Será verificada a conformidade da proposta com o estabelecido neste Edital e seus anexos. Promoverá a sua desclassificação, caso constate que ela:

a) identifica o respectivo proponente;

b) não está em conformidade com o Edital;

c) é omissa; ou

d) apresenta irregularidade que incapacite o seu julgamento.

4. Será suspensa a sessão quando se constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o artigo 28 do Decreto nº 10.024/2019, perdurará por mais de um dia.

4.1. Neste caso, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

5. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

6. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, realizada em campo próprio (*chat*) disponibilizado pelo Sistema.

6. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar das licitantes os esclarecimentos que julgar necessários, inclusive a composição dos preços unitários dos bens licitados.

7. Será estabelecido, no início da Sessão Pública, um prazo médio de 10 (dez) minutos para que a licitante, manifestando-se pelo *chat*, confirme a sua presença.

7.1. Conforme o inciso IV do artigo 19 do Decreto 10.024/2019, o licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante:

a) da inobservância de mensagem emitida pelo Sistema; e/ou

b) de sua desconexão.

CAPÍTULO VIII – DA ETAPA DE FORMULAÇÃO DE LANCES

1. Classificadas as Propostas, iniciar-se-á a Fase Competitiva com a oferta de lances.

2. O licitante encaminhará o seu lance por meio do sistema eletrônico, observando-se que:

a) o lance não poderá conter preço superior ao valor máximo aceitável, conforme estabelecido no Termo de Referência (Anexo I);

b) poderão ser oferecidos lances sucessivos;

c) cada lance do licitante deverá conter valor inferior ao do último por ele próprio ofertado;

d) a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

e) não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de iguais valores, prevalecendo aquele que for primeiramente registrado pelo sistema;

f) será excluído, justificadamente, lance cujo valor seja considerado inexequível; e

g) o sistema informará aos participantes, em tempo real, sobre o valor do menor lance (melhor oferta) registrado, sem identificar o seu autor.

3. Neste Pregão Eletrônico nº 90001/2026, **o modo de disputa adotado é o ABERTO**, conforme definido no inciso I do artigo 56 da Lei nº 14.133/2021.

3.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos.

3.2. Se houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos deste prazo, ele será prorrogado automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

3.3. Tal prorrogação automática: **a)** será de 02 minutos; e **b)** ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3.4. O INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES, sejam estes os intermediários

ou o que estiver cobrindo a melhor oferta, será, no mínimo, de 1,0% (um por cento).

3.5. Na hipótese de não haver novos lances na forma acima estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

4. Definida a melhor proposta, sendo de pelo menos 5% a diferença entre o valor desta e o valor da proposta classificada em segundo lugar, o Pregoeiro poderá reiniciar a disputa aberta para a definição das demais colocações.

4.1. Nesse caso, se não reiniciar a disputa aberta, o Pregoeiro deverá apresentar as justificativas que fundamentaram sua decisão.

4.2. Ocorrendo o reinício, as licitantes apresentarão lances intermediários.

5. Caso o pregoeiro desconecte-se do Sistema, este poderá permanecer recebendo os lances dos licitantes, sem prejuízo dos atos realizados.

5.1. Se esta desconexão persistir por mais de 10 minutos, o pregoeiro comunicará este fato no Chat do Sistema e suspenderá a sessão. O seu reinício somente ocorrerá decorridas vinte e quatro horas após a referida comunicação.

6. Ocorrendo empate entre os valores das propostas encaminhadas, caso em que não terá ocorrido o envio de lances, observar-se-á o disposto no artigo 60 da Lei n. 14.133/2021.

7. O Sistema listará as propostas, **conforme o critério de menor preço global.**

7.1. Para tal ordenação, importará o valor do último lance válido de cada licitante.

7.2. Se não houver lance registrado para a licitante, ela concorrerá com o valor constante da sua proposta anteriormente cadastrada.

8. Será declarado vencedor o licitante que ofertar a proposta mais vantajosa, considerando-se o seu menor preço total, sua exequibilidade e o atendimento às condições do Edital.

CAPÍTULO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1. Para os Itens cuja licitação não é exclusiva para ME ou EPP, assegurar-se-á, **como critério de desempate**, preferência às licitantes enquadradas como tais, para o que serão observadas as definições estabelecidas nos artigos 3º e 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. Entende-se aqui por empate aquela situação em que o valor da proposta apresentada por uma ME ou EPP seja igual ou superior em ATÉ 5% ao preço da proposta **de uma empresa que – não sendo ME ou EPP – foi a mais bem classificada.**

3. Nessas condições, proceder-se-á conforme descrito a seguir.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3.1. A ME ou EPP mais bem classificada será convocada pelo Sistema para enviar – no prazo IMPRETERÍVEL de até 05 minutos após o fim da fase de lances – proposta final e única para o Item, com valor inferior ao do lance inicialmente vencedor.

3.1.1. Se existirem propostas empatadas nessas condições, o Sistema efetuará um sorteio eletrônico entre elas, definindo e convocando automaticamente aquela que poderá apresentar primeiramente melhor oferta como lance final de desempate.

3.2. O sistema convocará, obedecendo-se a ordem classificatória, as licitantes ME ou EPP remanescentes que se enquadrem na condição do “Item 2” deste capítulo, para o exercício do mesmo direito – caso a primeira convocada não tenha êxito.

3.3. O sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

1. Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, concedido o benefício previsto às MEs e EPPs, será negociado um melhor preço junto ao autor da proposta vencedora, mediante contraproposta enviada pelo Pregoeiro.

2. Não serão negociadas condições diferentes das previstas no Edital.

3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

4. Consoante o “Item 7” do Capítulo VII deste Edital, o pregoeiro estabelecerá um prazo para que a licitante se manifeste no *chat*.

CAPÍTULO XI – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

1. Quando a licitante classificada provisoriamente em 1º lugar enquadrar-se como ME ou EPP, consultar-se-á o sítio www.portaldatransparencia.gov.br, como condição prévia à aceitação da sua Proposta, para verificar se os valores recebidos por ela extrapola, no exercício anterior, os limites anuais de R\$ 360.000,00 (para ME) ou R\$ 4.800.000,00 (EPP).

1.1. Ocorrendo extrapolação do limite legal, a proposta será recusada e será convocada a licitante seguinte na ordem de classificação.

2. Consulta ao CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

2.1. Encerrada a fase de lances, caso seja constatado que a licitante mais bem classificada tenha registro no CADIN, esta deverá enviar, no mesmo prazo para envio da proposta de preços reajustada, declaração de compromisso de regularização de sua situação, conforme modelo contido no Anexo II deste edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2.2. Nos termos dos artigos 6º e 6º-A da Lei 10.522/2002, constitui fator impeditivo à contratação o registro da Licitante no CADIN;

2.3. Dentro do prazo mencionado, a ausência de manifestação ou a manifestação expressa de desinteresse em regularizar sua situação junto ao CADIN, acarretará a desclassificação da licitante.

3. O pregoeiro convocará a vencedora pelo Chat do Sistema para o envio de Proposta de Preços Reajustada (ver Anexo II) ao seu último lance ou ao valor negociado.

4. Junto à sua Proposta, a licitante deverá encaminhar os seguintes documentos:

a) Cópia de RG e CPF do seu Representante Legal; e

b) Procuração passada em instrumento público, ou particular com firma reconhecida, na qual esteja expresso poder para apresentar proposta, subscrever contratos, assinar atas etc. – necessária apenas se o Representante Legal for um Preposto;

5. Também, será verificado, como condição de participação e de habilitação, se o proponente assinalou em campo próprio do Sistema a sua ratificação quanto às declarações:

a) de ciência do inteiro teor do instrumento convocatório (Edital) que concorda com o Edital e cumpre os requisitos de habilitação;

b) de integralidade de custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutos vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas estão inclusas na presente proposta;

c) de atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no edital;

d) de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;

e) de cumprimento à reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social prevista na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas;

f) de ciência das informações e condições locais para cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação;

g) de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;

h) de não utilização de “trabalho desumano, degradante ou forçado”;

i) de cumprimento à reserva de cotas de aprendizagem estabelecida na CLT, bem como às reservas de cargos previstas em outras normas específicas; e

j) de elaboração de proposta independente dos demais concorrentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

5.1. Igualmente, em campo próprio do Sistema, a licitante deverá firmar a declaração, à qual se vincula, de que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para ter direito ao tratamento diferenciado previsto para ME e EPP.

6. Esta documentação deverá ser encaminhada EXCLUSIVAMENTE por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, de preferência em arquivo único no formato “.pdf” ou “.zip”.

6.1. O Pregoeiro, observando-se o tratamento isonômico a todos as licitantes, poderá fixar um novo prazo para que a licitante retifique e/ou complemente informações constantes da documentação encaminhada.

6.2. A contagem destes prazos inicia-se quando o próprio sistema registrar a respectiva convocação, excetuando-se os casos supervenientes devidamente atestados.

7. Durante estes prazos, a licitante poderá encaminhar, pelo Anexo do Sistema, quaisquer complementos aos documentos relativos à sua Proposta e à sua Habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital.

7.1. Será obrigatória a entrega dos documentos originais em meio físico quando for exigida pelo Pregoeiro, em sede de diligência, para sanar dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei o exigir. (Veja-se a IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º.)

8. Na análise de tais documentos serão observados, entre outros aspectos:

- a)** utilização de piso salarial, gratificações e demais benefícios de acordo com a CCT homologada da categoria, bem como o estabelecido nos respectivos aditivos;
- b)** forma de recolhimento de tributos federais de acordo com a respectiva classificação da empresa pela Receita Federal do Brasil;
- c)** valores para fornecimento de insumos diversos;
- d)** preenchimento dos demais campos da planilha;
- e)** a exequibilidade dos seus valores com os preços estabelecidos no Edital; e
- f)** sua adequação aos requisitos e especificações do objeto do certame.

9. Mediante comunicado registrado na Ata da Sessão, serão:

- a)** corrigidos erros aritméticos que constem da Proposta e das Planilhas; e
- b)** sanadas falhas que não alterem nem a substância nem a validade jurídica dos documentos apresentados.

10. Se a Proposta não puder ser visualizada no Sistema, o Pregoeiro indicará o procedimento a ser adotado e estabelecerá um prazo para remessa, a fim de oportunizar o julgamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

11. Não será aceita a Proposta que, entre outros fatores:

- a) oferte preços inexequíveis, ou seja, aqueles valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ou que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove a coerência com os preços de mercado ou que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos da execução do objeto;
- b) não atenda ao edital, informando, por exemplo, preços, quantidades e especificações diferentes daqueles estabelecidos;
- c) for omissa, vaga, apresentar irregularidades, ilegalidades, vícios ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) não tenha sido encaminhada no prazo estabelecido ou não contenha as informações exigidas neste edital; ou, ainda,
- e) contenha preço, ou execução do objeto, condicionado a prazo, vantagem ou desconto não previsto no edital, inclusive financiamento subsidiado ou a fundo perdido.

12. Se houver indícios de não exequibilidade da Proposta ou necessidade de esclarecimentos, poderá ser efetuada diligência, na forma dos artigos 59, § 2º, e 64 da Lei nº 14.133/2021.

12.1. A proposta vencedora (VV) será considerada não exequível, quando então não será aceita, se o seu valor global for inferior ou igual a 30%:

- a) do valor de referência estimado pela Administração (VR); ou
- b) do valor relativo à média dos lances finais das licitantes (VM).

12.1.1. O valor médio dos lances finais (VM) será calculado considerando as propostas finais inferiores ao valor de referência e superiores a 50% de tal valor.

12.2. Constitui indício de não exequibilidade (inciso IV e § 2º do artigo 59 da Lei 14.133/21) proposta final que contenha o valor global compreendido na faixa fixada nesta regra aritmética:

$$30\% \text{ do VR ou VM} \leq VV \leq 70\% \text{ do VR ou VM}$$

12.3. Tanto no caso de real exequibilidade como no caso de indício de não exequibilidade, será considerado o menor dos valores entre o VR e o VM.

13. Necessitando analisar melhor os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* do Sistema a nova data e novo horário para sua continuidade.

14. Se a Proposta classificada em 1º lugar não for aceita, será examinada, conforme a ordem classificatória, aquela correspondente ao lance subsequente, verificando-se a sua compatibilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

1. Para comprovar a **Habilitação PARCIAL** da licitante, verificar-se-á (conforme Acórdão do TCU nº 1.793/2011 – Plenário) se algo impede sua participação no certame ou em futura contratação, mediante consultas aos seguintes endereços:

- a) www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (improbidade administrativa);
- b) https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:439935106975:::P3_TIPO_RELACAO (inidoneidade e inabilitação);
- c) <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (sanção vigente);
- d) <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc> (detalhamento de penalidade);
- e) https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp (enquadramento enquanto ME ou EPP
- f) <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21> (optante pelo Simples Nacional); e
- g) <https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb> (cadastro de fornecedores).

1.1. Tais consultas serão realizadas em nome da empresa licitante e, onde couber, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/92.

1.2. Para as consultas referentes às letras “a” a “d”, poderá ser feita a Consulta Consolidada no seguinte endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

1.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos termos do inciso II do artigo 70 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Existindo impedimento, a licitante será inabilitada.

2. Não ocorrendo tal inabilitação, será verificada – conforme previsto nos artigos 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021 – a sua **Habilitação COMPLEMENTAR**,

3. Para tanto, a licitante encaminhará, **EXCLUSIVAMENTE** por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, de preferência em arquivo único no formato “.pdf” ou “.zip”, os documentos listados abaixo, iniciando-se a contagem deste prazo quando o Sistema registrar a respectiva convocação, excetuando-se os casos supervenientes devidamente atestados.

3.1. Declaração de Registro no SICAF atualizada na data da sessão (ver Anexo III).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3.2. Certidão Negativa válida de feitos sobre falência, concordata, liquidação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou de seu domicílio.

3.2.1. Se tal documento não indicar seu prazo de validade, será considerado vigente pelo prazo de 90 dias, contado da data de sua emissão.

3.3. Situação de regularidade econômico-financeira (Balanço Patrimonial Válido), de forma a comprovar que a licitante possui Capital Circulante Líquido (CLL) ou Capital de Giro [= (Ativo Circulante – Passivo Circulante)] de, no mínimo, 16,66% do valor anual estimado para a contratação.

3.3.1. O Balanço Patrimonial apresentado deverá, ainda:

a) possuir valores maiores que 1 (um inteiro) nos seguintes índices: Liquidez Corrente (LC); Liquidez Geral (LG); e Solvência Geral (SG);

b) comprovar que a licitante possui Patrimônio Líquido:

b.1) NÃO INFERIOR a 10% do valor anual da contratação, **se alguma situação acima resultar em índice inferior a 1;** e

c) estar assinado por Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

d) não ter sido substituído por balancetes provisórios; e

e) ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, se for o caso.

3.4. Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que deverá:

a) ter sido emitido em seu nome por pessoa jurídica para a qual prestou ou preste serviços;

b) não ter sido emitido pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial;

c) abranger a “prestação de serviço compatível com a natureza, a complexidade e a quantidade do objeto da presente licitação” ou a prestação satisfatória de serviços iguais ou similares aos ora licitados; e

d) expedido após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

4. O Pregoeiro, observando-se o tratamento isonômico a todos, poderá fixar um prazo para que a licitante retifique e/ou complemente informações constantes da documentação encaminhada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

5. Se algum documento ou informação de habilitação, **constante ou não do SICAF**, estiver com o seu prazo de validade vencido ou inexistente, a licitante deverá suprir sua falta, apresentando, no prazo e na forma dos “Itens 3 e 4” deste Capítulo, os documentos pertinentes à sua habilitação relacionados, onde couber, no Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021.

6. Efetuar-se-ão diligências necessárias à análise da documentação habilitatória. Para tanto:

a) no curso da sessão e até a decisão sobre a habilitação, poderão ser sanados – mediante fundamentação do Pregoeiro registrada em ata – omissões, erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;

b) poderá ser suspensa a Sessão, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuação;

c) se a documentação não puder ser visualizada no Sistema, o Pregoeiro indicará o procedimento a ser adotado, a fim de oportunizar o julgamento; e

d) **poderá ser solicitada a apresentação dos originais** de documentos cujas cópias tenham sido encaminhadas nas fases de Julgamento e de Habilitação.

7. Como é meio legal de prova verificar a autenticidade de documentos nos sítios eletrônicos dos órgãos emissores, poderão ser dispensados aqueles que estejam ali disponíveis.

7.1. Neste caso, estabelece-se que, havendo discordância entre o documento apresentado e a sua verificação *on line*, prevalecerá esta.

7.2. Com exceção da Certidão Negativa de Falência, documento sem validade expressa será considerado válido se tiver sido expedido nos últimos 30 dias anteriores à data da Sessão.

8. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal da licitante que seja ME ou EPP, será assegurado, para a regularização, o prazo de **5 dias úteis** – iniciando-se no momento em que ela foi declarada vencedora.

8.1. A Sessão será suspensa, fixando-se data e horário para a sua reabertura.

8.2. A não-regularização ensejará a decadência da licitante à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

9. **Será inabilitada a licitante que não apresentar a documentação exigida ou apresentá-la em desacordo com este Edital.**

10. No caso de inabilitação, retomar-se-á o procedimento à Fase de Aceitação, examinando-se a proposta subsequente na ordem de classificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

1. Constatado o cumprimento dos requisitos, condições e exigências estabelecidos neste Edital, será declarada vencedora a licitante classificada em 1º lugar e devidamente habilitada.

CAPÍTULO XIV – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

2. Declarada a licitante vencedora ou habilitada ou inabilitada, **será aberto o prazo de 10 (dez) minutos** para que qualquer licitante possa manifestar a intenção de recorrer, devendo fazê-lo:

a) de forma imediata (tempestiva); e

b) em campo próprio disponibilizado pelo *Sistema Compras Governamentais*.

3. A falta dessa manifestação implicará a decadência do direito de recorrer.

4. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a manifestação de intenção de recurso.

4.1. A licitante recorrida fica, desde logo, intimada a apresentar suas contrarrazões em igual prazo, a contar do 1º dia útil seguinte ao término do prazo da recorrente.

4.2. Assegura-se às licitantes o direito de vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

5. Razões e Contrarrazões deverão ser encaminhadas **EXCLUSIVAMENTE** para o endereço prt21.pregao@mpt.mp.br.

6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

7. Quem praticou o ato recorrido receberá o recurso e a contrarrazão para examinar as suas alegações e, no prazo de até 03 (três) dias úteis, proferir decisão a respeito, podendo:

a) reconsiderar a sua decisão; ou

b) submeter o Procedimento Licitatório à consideração da autoridade superior, a qual, no prazo de 10 dias úteis, proferirá sua decisão.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto deste certame será adjudicado e homologado pela autoridade competente.

2. Analisado(s) o(s) recurso(s) porventura interposto(s), a autoridade competente:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

- a) caso constate a regularidade dos atos praticados, adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório; ou
 - b) caso constate irregularidade nos atos praticados, determinará a invalidação destes e o saneamento do procedimento licitatório.
3. A autoridade competente para a adjudicação e homologação de todos os processos licitatórios desta PRT da 21ª Região é o seu Procurador-Chefe/Ordenador de Despesas.

CAPÍTULO XVI – DOS ENCARGOS DA PRT 21 E DA LICITANTE VENCEDORA

1. Caberá à PRT 21, entre outros compromissos:

- a) permitir o acesso para realização de serviços objeto deste edital;
- b) prestar as informações quanto ao certame solicitadas pela vencedora;
- c) rejeitar a prestação dos serviços por terceiros;
- d) comunicar à vencedora as alterações relativas ao objeto deste Pregão; e
- e) fiscalizar a execução dos serviços.

2. Caberá à Licitante Adjudicatária, entre outras responsabilidades:

- a) devolver assinado, rubricado, localizado e datado o respectivo Contrato;
- b) prestar os serviços referentes ao objeto do certame a si adjudicado:
 - b.1)** pelo valor, prazo e exigências fixados neste Edital e na sua Proposta;
 - b.2)** em condições de uso, funcionamento, qualidade e apresentação; e
 - b.3)** no local indicado no Anexo I; bem como,
- c) encaminhar justificativa por escrito à Autoridade Superior – que poderá aceitá-la ou não –, caso ocorra fato que impeça a execução, parcial ou total, do objeto deste certame.

CAPÍTULO XVII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Com fundamento no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter, sem justificativa, a proposta;
- f) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

- g)** retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa;
- i)** comete fraude à licitação ou na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/ 2013.

2. Com fundamento no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar; e
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

3. A aplicação das sanções realizar-se-á em Procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa prévia, quando então serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A sistemática das penalidades decorrentes de infrações cometidas no transcorrer da licitação e da execução contratual está disciplinada na Portaria PGR/MPU nº 178/2023, na Instrução Normativa DG/PGT nº 02/2024 e nos Anexos I e IX deste Edital.

4.1. Serão observadas as disposições contidas nas referidas Instrução Normativa DG nº 02/2024, que regulamenta normas complementares para assegurar a aplicação da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, fixando a dosimetria nos procedimentos de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e a declaração de inidoneidade; bem como, os ditames da Nota Técnica nº 02/2024-PGT, a qual trata sobre o procedimento preliminar, o processo administrativo de apuração de responsabilidade (PAAR) e a aplicação aos licitantes e contratados, em caso de infração, das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

CAPÍTULO XVIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos consignados ao MPU no Orçamento Geral da União, na Natureza de Despesa: 3.3.90.37 – DEF001, conforme Programa de Trabalho nº 03062 058142620001.
2. A Administração não emitirá solicitação de serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

CAPÍTULO XIX – DA CONTRATAÇÃO – ASSINATURA E VIGÊNCIA

1. Homologado o resultado do certame, a contratação da licitante vencedora, se for o caso, será feita formalmente por meio de **assinatura do Termo de Contrato**.

1.1. O Contrato estabelecerá as condições, garantias, obrigações, responsabilidades e exigências entre as partes.

1.2. A assinatura do Contrato condicionar-se-á à verificação de inexistência de impedimentos legais por parte da Licitante, mediante consulta *on line* ao SICAF e ao CADIN.

2. A licitante vencedora será convocada, por meio eletrônico e durante a validade da sua proposta, para assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis, sob pena de decadência do direito de contratar e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

2.1. Tal prazo poderá ser prorrogado por uma única vez e por igual período.

2.2. Publicado na imprensa oficial (DOU) o respectivo extrato do Termo Contratual, a Contratada que o assinar obriga-se a cumpri-lo integralmente.

3. Se o adjudicatário não mantiver as condições de habilitação ou recusar-se a assinar o Contrato, poderá a Administração convocar o licitante remanescente, respeitadas a ordem de classificação final do certame e as condições propostas pela licitante primeiramente vencedora.

3.1. Nesse caso, para a contratação, após possível negociação, deverão ser comprovados a aceitabilidade da proposta e os requisitos de habilitação.

3.2. Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

4. Tais providências não eximirão a primeira licitante adjudicatária das sanções previstas neste Edital nem de outras cominações aplicáveis ao caso.
5. **A futura contratação terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se na data que consta do seu respectivo Termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, limitada sua duração a 120 meses.**
6. Os valores estimados para a contratação serão aqueles constantes do Anexo I, conforme pesquisa de mercado que integra o PGEA nº 20.02.2100.0000481/2025-45.
7. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme as condições constantes dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021 e explicitadas no Anexo I deste Edital.
8. Observando-se o interregno mínimo de 01 (um) ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, o contrato poderá ser repactuado, visando a adequação aos novos preços de mercado, a contar da data da apresentação da proposta, ou da época da última repactuação.
9. As demais regras e condições relativas à contratação estão estabelecidas na Minuta do Termo Contratual (Anexo V) e, também, no Termo de Referência (Anexo I).

CAPÍTULO XX – DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Sem a anuência da Administração, a Adjudicatária não poderá, sob nenhum pretexto, subcontratar ou transferir a terceiros as obrigações previstas no Contrato.

CAPÍTULO XXI – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DE IMPUGNAÇÃO

1. **Exclusivamente para o endereço eletrônico prt21.pregao@mpt.mp.br, deverão ser encaminhados, quanto a este Edital:**

1.1. pedido de esclarecimento, impreterivelmente até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do certame; e

1.2. solicitação de impugnação, impreterivelmente até 03 dias úteis antes abertura.

2. O direito de impugnação decairá se o suposto erro não for apontado naquele prazo, hipótese em que a comunicação da falha não poderá ser aproveitada a título de recurso.
3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
4. Tendo sido saneadas as irregularidades, se as alterações feitas puderem afetar a formulação das propostas dos licitantes, será designada nova data para a realização do certame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

5. Estarão disponíveis nos sítios eletrônicos do *Compras Governamentais* e desta PRT:

- a) os teores dos pedidos de esclarecimentos e de impugnações; e
- b) as respectivas respostas elaboradas.

CAPÍTULO XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Pode-se visualizar a íntegra **DIGITALIZADA** do Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 20.02.2100.0000481/2026-45, do qual é parte este Edital.

1.1. Precisar, antes, efetuar o seu **a)** pré-cadastro e **b)** credenciamento no endereço eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>.

2. Este edital está à disposição para consulta e cópia na sede da PRT 21, das 08h00m às 16h00m dos dias úteis.

2.1. Pode-se, ainda, consultá-lo e efetuar o *download* do seu arquivo nestes sítios:

a) <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacaoFiltro.asp>; e

b) <https://mpt.mp.br/MPTransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadasLicitacao.xhtml>

3. Os atos pertinentes, sujeitos à publicação, serão divulgados no DOU e nos referidos endereços eletrônicos.

3.1. Nos termos da legislação, também poderá ser utilizado qualquer meio que comprove que tais informações foram recebidas.

4. É facultado ao pregoeiro e à autoridade superior promoverem diligências com vistas a elucidar ou complementar a instrução do Procedimento, fixando prazos para atendimento.

5. Esta licitação só poderá ser revogada por razões de interesse público, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado.

5.1. A anulação do certame acarretará também a do Contrato.

6. Não será devida à licitante indenização por apresentar documentação e/ou elaborar proposta.

6.1. Tampouco em decorrência da sua anulação, ressalvado o direito de ressarcimento pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da obrigação assumida.

7. O desatendimento a formalidades não essenciais, durante a realização da Sessão, não afastará a licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato.

7.1. Consideram-se irregularidades sanáveis aquelas que não alteram a substância das propostas, dos documentos apresentados e da sua validade jurídica, bem como não comprometam a lisura da licitação nem causem prejuízo à Administração e/ou aos Licitantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9. Recomenda-se que as licitantes adotem práticas de sustentabilidade ambiental na futura execução dos objetos, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/2010 – MPOG/SLTI e da Portaria PGT nº 564/2010.

10. Os casos omissos, não previstos neste Edital, poderão ser decididos pelo pregoeiro, de acordo com o que determina a legislação pertinente.

11. Contatos com a Seção de Licitação e Compras serão feitos pelo *e-mail* prt21.pregao@mpt.mp.br e pelo nº telefônico (84) 4006-2800.

10.1. Compete aos licitantes e demais interessados manter atualizados os seus endereços, inclusive os eletrônicos. Assim, a PRT da 21ª Região reserva-se o direito de considerar válidas comunicações enviadas àqueles pelos endereços registrados nos autos e/ou no Sistema SICAF.

CAPÍTULO XXIII – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Seção Judiciária Federal do Rio Grande do Norte, sediado em Natal/RN.

Natal/RN, 26 de maio de 2026.

Romilson Sampaio Almeida

Seção de Licitações e Compras